

sociedad griega actual. Finalmente, en el epílogo Hanink hace algunas sugerencias a los docentes para que tengan en cuenta las implicaciones de nociones tan asentadas como que Grecia es la cuna de la civilización occidental, que hubo un “milagro griego” o que existe una “deuda clásica”, y para que sean conscientes de la presencia de un discurso y un ideario determinados en gran parte de los manuales y materiales manejados en la enseñanza.

Sin duda, estas últimas advertencias de Hanink resultan muy pertinentes y constituyen un punto fuerte, aunque secundario, de la obra. Otro aspecto tangencial, pero muy positivo, es el hecho de que la autora haya podido contar en múltiples ocasiones con el testimonio directo de personalidades tan relevantes como el arqueólogo Yannis Hamilakis o el ex-ministro de finanzas griego Yanis Varoufakis. Y sin duda es elogiable que Hanink aclare su postura de no injerencia respecto a reivindicaciones griegas o foráneas relacionadas con la “deuda clásica”. No obstante, la neutralidad absoluta no es posible ni deseable y en el caso de la autora el filhelenismo resulta evidente. Pero, quizá, la mayor aportación de esta monografía sea la luz que Hanink arroja sobre la sociedad griega actual y sobre fenómenos que están teniendo lugar en esta sin que a menudo el mundo occidental sea demasiado consciente: fenómenos como la poesía o el cine contemporáneos que no beben exclusivamente de la Antigüedad clásica, sino que ilustran una identidad neogriega propia.

**Françoise Frazier & Olivier Guerrier (coords.), *Plutarque. Éditions, Traductions, Paratextes*. Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016. 229 pp. ISBN 978-989-26-1305-5. DOI: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1306-2>.**

JOAQUIM PINHEIRO (*Universidade da Madeira; Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra – Portugal*)<sup>7</sup>

Reúne este volume trabalhos que foram apresentados no Réseau Thématique Plutarque Européen, na Universidade de Toulouse, que decorreu em Setembro de 2014. Coincidiu, infelizmente, a sua publicação com o falecimento da Professora Françoise Frazier, ilustre classicista e uma das principais investigadoras, nas duas últimas décadas, da obra de Plutarco. Com toda a justiça, o livro abre com uma nota prévia, em que, de forma breve, são realçados os valores da mulher e o saber da professora, com especial

---

<sup>7</sup> pinus@uma.pt.

ênfase no seu extraordinário trabalho científico, filológico e pedagógico. Os caminhos de análise filológica, de grande profundidade filosófica, que foi abrindo são a maior herança que Françoise Frazier nos deixa, sobretudo para aqueles que de forma mais próxima foram ouvindo as suas lições e reflexões.

Na apresentação do volume, os editores explicam o facto de, desde a criação da Rede Europeia, o tema da recepção de Plutarco ser um dos mais importantes. Por isso, em Toulouse, o principal objectivo foi o de reflectir sobre a presença de Plutarco na Renascença e no Humanismo, não só sobre o tema da transmissão do pensamento, como questões mais do domínio da ecdótica. Nesse sentido, os doze estudos que integram este volume estão distribuídos e organizados em três partes: 1ª parte) Traductions Humanistes (cinco estudos); 2ª parte) Philologues humanistes et éditions modernes (quatro); 3ª parte) Réceptions et paratextes (três).

Na primeira parte, F. Tanga (“Il *De fraterno amore* di Plutarco tra Thomas Naogeorgus, Ludovicus Russardus e Stephanus Niger”) demonstra como intelectuais do século XVI estudaram, traduziram e editaram o tratado *De fraterno amore* de Plutarco, usando a língua latina. No caso de Stephanus Niger (versão latina do nome Stefano Negri), fez uma *aemulatio* do tratado de Plutarco, a que deu o título de *De fraterna benevolentia*, tratado que foi publicado em 1518 e em que o autor revela estar mais interessado com o tom moral e didáctico do texto do que com aspectos mais formais e argumentativos. Por sua vez, Thomas Naogeorgus (versão latina do nome Thomas Kirchmaier) publicou, em meados do século XVI, uma tradução latina de sete tratados morais de Plutarco, em que se inclui o *De fraterno amore*, de grande valor filológico e filosófico, como o A. prova com diversos exemplos, comparando a tradução latina com várias edições da época e com edições mais recentes (e. g., a teubneriana). Também Ludovicus Russardus (versão latina do nome Louis Rousard), além de outros trabalhos de tradução, publicou, em 1559, uma versão latina do tratado *De fraterno amore*, trabalho que se distingue, igualmente, pela probidade do trabalho filológico. Como o A. realça, estas traduções continuam a ser úteis para quem se dedica à crítica textual.

P. Volpe Cacciatore (“Le traduzioni del *De audiendo* di Plutarco in Età Umanistica”), usando uma metodologia filológica bem definida, em grande proximidade com o texto, confronta vários passos do tratado *De audiendo* (37D, 38E-F, 39E-40A, 41C, 41E-F, 42C, 43B) com as traduções latinas de Paccus (versão latina do nome Richard Pace, 1482-1536), Calphurnius

(Giovanni Calfurnio, 1443-1503) e Luscinius (Othmar Luscinius, 1487-1537). Além disso, a A. reforça a sua análise com a comparação que faz com edições mais recentes do referido tratado de Plutarco, detendo-se em interessantes comentários de crítica textual. À semelhança do artigo anterior, fica demonstrado o valor das traduções dos Humanistas para a compreensão do texto de Plutarco.

O contributo de G. Pace (“Terminologia teatrale plutarchea nelle prime traduzioni a stampa”) tem por objectivo analisar como o léxico teatral em alguns passos das biografias de Plutarco (*Pomp.* 9.3; *Brut.* 31.6; *Demetr.* 53.1; *Mar.* 27.2; *Luc.* 11.2; *Luc.* 21.3; *Nic.* 5.3; *Mar.* 17.5; *Pomp.* 31.6) é traduzido nas edições compiladas por Giovanni Antonio Campano, por volta de 1470, em que se incluem humanistas como Jacopo Angeli, Donato Acciaiuoli, Antonio Pacini, Leonardo Giustinian e Alamanno Rinuccini. Além disso, a A. estabelece uma comparação com as traduções de Amyot e Xylander. Conclui-se que as traduções seguem diversas modalidades: por vezes a tradução é bastante literal, mas noutras acentua-se o valor metafórico, seja por meio de uma terminologia teatral mais técnica, seja menos técnica. Além disso, ao contrário da tradução de Amyot, a de Xylander opta por uma maior “concentrazione espressiva” (64).

Como profunda conhecedora do trabalho de tradução de Amyot, F. Frazier (“Amyot traducteur des *Oeuvres Morales*. Des *Marginalia* à la version française: l’utilisation des *Vies*”) analisa, de forma exaustiva, os *marginalia* da tradução francesa dos *Moralia*, em particular as catorze anotações que remetem para as *Vitae*. Dessa forma, percebe-se a intenção do tradutor em elucidar a compreensão filológica e também de conteúdo do texto grego. Além disso, a A. dá três exemplos de ‘traductions augmentées’ dos *Moralia* a partir das *Vitae*. Com isso, demonstra como o complexo trabalho de tradução de Amyot, por vezes de recriação em função do leitor, recorre a textos paralelos, como as biografias e a outros textos de autores clássicos, que aproximam, na perspectiva da A., a tradução da forma de criação literária.

L. Lesage Gárriga (“Le mythe du *De facie* de Plutarque traduit par Amyot”), por sua vez, baseando no labor de tradução de Amyot do tratado *De facie*, conservado na edição de Bâle de 1542, analisa as principais características desse exercício de tradução, em particular o mito escatológico que surge no final do referido tratado (940F-945E). A A. identifica, na tradução,

vários exemplos de introdução de leituras pessoais, de pequenos ajustamentos e explicações no sentido de tornar o texto mais compreensível para o leitor e também de omissões. Além disso, este contributo realça o facto de as edições do século XIX, como por exemplo a de Wyttenbach, incorporarem muitas das propostas de Amyot, e, de forma errada, as edições do século XX, nomeadamente as de M. Polenz e H. Cherniss, se declarem devedoras das edições do século XIX, quando, na verdade, deveriam remeter para o trabalho de Amyot. Logo, sugere-se que o aparato crítico dessas edições deva ser revisto, em consonância com uma leitura correcta da tradição textual.

O primeiro trabalho da 2ª Parte é o de B. Demulder (“Adrien Turnèbe in recent editions of Plutarch’s *De animae procreatione*”) que interpreta a influência do humanista Adrien Turnèbe (em latim, Adrianus Turnebus, 1512-1565), muito elogiado por Montaigne, em três edições recentes do tratado *De animae procreatione*: a da Teubner de K. Hubert, corrigida por H. Drexler (1959), a da Loeb da responsabilidade de H. Cherniss (1979) e a do *Corpus Plutarchi Moralium* por F. Ferrari e L. Baldi (2002). De facto, estas edições remetem, no aparato crítico, para Turnèbe, mas, como o A. salienta, há alguns erros de interpretação. Não é objectivo deste artigo analisar todos os *marginalia* de Turnèbe, nem simplesmente criticar a forma como as edições recentes, no aparato crítico, os usam, mas antes enfatizar a complexidade do assunto. O trabalho de Turnèbe, que terá usado como fonte principal um exemplar da edição de Aldo Manúcio, deve merecer o maior interesse e cuidado de análise, pois não foi apenas tradutor ou editor, mas um atento leitor do texto de Plutarco.

O estudo de A. Pérez-Jiménez (“Los habitantes de la luna (Plu., *De fac.* 944C-945B). Notas críticas sobre las propuestas textuales y traducciones del XVI”) analisa alguns passos complexos do *De facie*, em que aparecem referências aos *daimones*, tendo por base a leitura de eruditos do século XVI, como Leonicus, Vietorius, Schottius, Turnebus e outros anónimos, bem como as traduções dos séculos XVI-XVII de Xylander, Amyot, Cruserius e Keppler. A apurada e cuidada análise do A. permite concluir que as anotações críticas e as traduções dos humanistas, em particular a agudeza filológica de Amyot, tiveram um impacte elevado no estabelecimento do texto pelos editores, desde Wittenbach até mais recentemente Donini.

S. Amendola (“Su due passi del *De sera numinis vindicta*: traduzioni umanistiche, ecdótica ed esegesi moderne”) demonstra como o trabalho

filológico dos humanistas (Pirckheimer, Connan, Hottamn, Tarcagnota, Gandino, Gracián, Xylander, Estienne, Cruserius, Amyot, entre outros) pode enriquecer e esclarecer a interpretação feita pela ecdótica moderna (por exemplo, Reiske, Hackett, Peabody, Prickard, Pohlenz, Ziegler, Vernière, Guidorizzi ou Aguilar). Para o provar, o A. analisa, em pormenor, dois passos do tratado *De sera numinis vindicta* (550B-C e 552D-E) que suscitam várias dificuldades de interpretação.

A concluir a 2ª Parte, o artigo de F. Becchi (“Problèmes textuels et choix d’interpretative choices in Plutarch’s writing on animal psychology”) defende a necessidade de se distinguir o acto de traduzir *verbum de verbo* do trabalho filológico *traducere ad sententiam*, sendo este método mais característico dos humanistas. Apontando, com muita clareza, vários problemas textuais e algumas hipóteses de interpretação, o A. analisa dois textos do tratado *Bruta animalia* (987F, sobre a coragem; 992E, dedicado à inteligência dos animais) e um texto do tratado *De sollertia animalium* (963F, relacionado com a teoria estóica e peripatética sobre a inteligência dos animais). No caso do tratado *Bruta animalia*, tem-se em conta, sobretudo, três traduções do século XV (Cassarino, Birago e Regio), enquanto para o outro tratado de Plutarco se comparam as traduções de Xylander, Wyttenbach e Dübner.

A 3ª Parte deste livro começa com o contributo de M. Meeusen (“The shifting realities of Plutarch’s natural problems. A note on the reception of *Quaestiones naturales*”). Sem se deter em questões filológicas, o objectivo principal do A. é dar alguns exemplos da recepção do tratado *Quaestiones naturales*, apontando quatro exemplos: Michael Psellus (*De omnifaria doctrina*, séc. XI), Juan de Pineda (*Diálogos familiares da Agricultura Cristiana*, 1589) e duas traduções latinas do tratado de Gybertus Longolius (1542) e Pedro Juan Núñez (1554). De facto, este tratado foi bastante valorizado, talvez por revelar influências dos *Problemata physica*, o que levou, de forma errada, a classificar Plutarco de ‘cientista aristotélico’, esquecendo-se o modelo platónico.

A. Martins (“L’éditio et la traduction de Plutarque dans l’oeuvre de l’humaniste portugais Andreas Eborensis: *Loci communes sententiarum et exemplorum* (1569)”), consciente do processo dinâmico da recepção, como a *imitatio* ou a *contaminatio*, identifica e analisa a presença dos *Moralia* de Plutarco na obra *Loci communes sententiarum et exemplorum* (1569), de Andreas Eborensis (versão latina do nome André Rodrigues de Évora), um teste-

munho relevante de como a obra do Queronense também exerceu um considerável fascínio nos humanistas portugueses.

Por fim, o estudo de O. Guerrier (“L’ordre du discours: sur les sommaires et manchettes des «contrefaçons» Goulart des *Oeuvres Morales et meslées*”) realça a importância da obra de Goulart, intitulada *Oeuvres Morales et meslées de Plutarque* (1581) e conhecida pelo termo “contrefaçons”, por ter sido a primeira recepção, de âmbito editorial, do “Plutarque françois” e ter gozado de grande prestígio até 1640. Como o A. defende, pela sua estrutura e anotações, tratar-se-ia de uma obra sobretudo com objectivo didáctico e que, além disso, serviu de guia para o Plutarco de Amyot. Procura-se, ainda, apontar algumas tendências culturais e religiosas por parte de Goulart na leitura de Plutarco.

A par de outras publicações sobre a *traditio* da obra de Plutarco, este volume, além de muitas outras reflexões, enfatiza uma perspectiva muito interessante: quanto mais conhecermos o trabalho realizado por dezenas de eruditos, sobretudo entre os séculos XV a XVI, melhor saberemos interpretar o texto plutarquiano. Estamos, sem dúvida, na presença de um volume com estudos que correspondem aos objectivos definidos e que revelam, de forma rigorosa, um sólido conhecimento da obra de Plutarco, seja numa vertente mais filológica, seja, sobretudo, com a intenção de valorizar a *traditio*. Saliente-se, ainda, a utilidade para o leitor do *index locorum* e do *index nominum*.

**Ana María S. Tarrío, *Leitores dos Clássicos. Portugal e Itália, séculos XV e XVI: uma geografia do primeiro humanismo em Portugal*. Nota de Vincenzo Fera. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal – Centro de Estudos Clássicos, 2015, 127 pp., il. – (catálogos) ISBN 978-972-565-567-2 (ed. impr.); 978-972-565-568-9 (ed. eletrónica).**

XAVIER VAN BINNEBEKE<sup>8</sup> (*Catholic University Leuven – Belgium*)

The publication under review documents the exhibition *Leitores dos Clássicos. Edições italianas na transição do século XV para o século XVI*, held from 6 November 2015 to 30 January 2016 in the Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Twenty items from the library were on show: sixteen Italian incuna-

---

<sup>8</sup> xavier.vanbinnebeke@kuleuven.be; xbinnebeke@hotmail.com.